



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim -CMCI, localizado na Praça Jerônimo Monteiro, nº 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/ES, torna público que realizará procedimento de licitação na modalidade Pregão Presencial, com amparo na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 618/2012, através da Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Decreto nº 2625/2017, de 02 de janeiro de 2017 e ainda Portaria nº 159/2019, de 24 de Maio de 2019.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Modalidade: Pregão Presencial

1.2 - Processo Administrativo nº 80.702/2019

1.3 - Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM.

1.4 - Objeto: Contratação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte para aquisição de MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital.

1.5 - Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

- Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.07 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

- Dotação Orçamentária : 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

II – DATA, HORÁRIO E LOCAL

Pregão Presencial nº 07, Dia: 26/06/2019

Credenciamento: Até 26/06/2019 às 10:00 h

Sessão Pública de disputa: 10:00 h



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Local: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, localizada na Pça Jerônimo Monteiro, nº 70, Centro – Cachoeiro de Itapemirim/ES.

III - DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte que tiverem interesse em participar do certame deverão retirar o edital no site <http://cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação no Diário Oficial do Municipal, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.

3.2 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o procedimento de licitação devem ser enviados a Pregoeira até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico licitacao@cmci.es.gov.br ou pelos telefones (28) 3526-5619. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.

3.3 - Os esclarecimentos relativos ao objeto licitado devem ser encaminhados ao setor de compras da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, aos cuidados da servidora Rosa Consoli Hemerly, através do endereço eletrônico licitacao@cmci.es.gov.br, ou pelo telefone (28) 3526-5619 até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

3.4 - A impugnação do edital deverá ser promovida através de protocolo no protocolo da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, seguindo as condições e os prazos previstos no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

3.5 - A impugnação do edital deverá ser dirigida a Pregoeira, indicando os números do Pregão e do Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail do impugnante. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante.

3.6 - A Pregoeira decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando ao interessado sobre a sua decisão.

3.7 - No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar desta licitação somente microempresas ou empresas de pequeno porte do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos, sendo vedada a participação de empresa:

- a) suspensão de participar de licitação e impedida de contratar com a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES;
- b) declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública, cuja consulta será feita nos termos do art. 22 da Lei nº 12.846/2013;
- c) que incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
- d) sociedade empresária que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- e) que esteja constituída sob a forma de consórcio;
- f) que atue na forma de cooperativa;
- g) cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4.3 - A participação no certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

V - CREDENCIAMENTO

5.1 - O credenciamento será iniciado com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário especificado no item II para a sessão pública do Pregão.

5.2 - As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por proprietário, sócio ou dirigente, desde que seja apresentado o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, a fim de que seja comprovada a aptidão para a formulação de propostas e a prática de os demais atos inerentes ao procedimento de licitação. Na mesma oportunidade deve ser apresentada

documento de identidade original ou cópia para ser autenticada do documento de identidade do representante.



5.3 - A representação também poderá ser feita por credenciado constituído por procuração pública ou particular, que comprove a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de os demais atos inerentes ao procedimento de licitação. Na mesma oportunidade deverão ser apresentadas cópias autenticadas dos documentos de identidade do credenciado e do outorgante da procuração, assim como o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual.

5.4 - O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada empresa licitante.

5.5 - Na fase de credenciamento as empresas licitantes deverão apresentar o TERMO DE CREDENCIAMENTO - ANEXO 2 (MODELO) ou instrumento procuratório.

5.6 - A licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ANEXO 3 (MODELO), quando do seu credenciamento, como também apresentar no mesmo momento a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

5.7 - Caso a licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

5.8 - A apresentação no CREDENCIAMENTO do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos; Registro Comercial, devidamente autenticado ou os documentos contábeis inseridos no item 9.4; 9.5 e 9.6, isenta a licitante de juntá-los no ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.9 - A empresa licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

VI - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no dia e hora previamente estabelecidos para o início da sessão pública do Pregão, em envelopes distintos, lacrados e indevassáveis, sob pena de desclassificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

- a) Nº do pregão
- b) Data e hora da abertura



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

c) Identificação do licitante (nome e CNPJ)

6.2 - Não serão aceitos os envelopes de Proposta de Preço e Documentos de Habilitação enviados por correio, deixados na CMCI ou protocolados e entregues a Pregoeira depois do horário da abertura do certame.

VII - PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - A proposta deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ser datilografada, digitada ou em letra de forma, preferencialmente em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras e entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, com duas casas decimais, obrigatoriamente em real, contendo data, assinatura do representante legal e rubrica em todas as folhas;

b) Deve informar a razão social, número do CNPJ, endereço completo da empresa licitante, telefone e e-mail;

c) Deve conter de forma separada na proposta o preço unitário, total e a indicação de marca, sob pena de desclassificação imediata;

d) Devem estar incluídos nos preços propostos todas as despesas e custos, como transporte, frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da licitação;

e) Deve informar a validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da sessão pública do Pregão.

7.2 - Ocorrendo diferença entre os preços unitário e total, prevalecerão sempre os últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos.

7.3 - Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta de preço. Caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará àquela mais vantajosa para a Administração Pública.

7.4 - O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da empresa licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, com exceção da negociação constante no art. 4º, XVII da Lei nº 10.520/2002.

7.5 - A simples apresentação da proposta de preço implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.6 - A proposta de preço deverá descrever o objeto ofertado, trazendo a indicação da marca, conforme as especificações e condições contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

7.7 - A empresa vencedora do Pregão deverá encaminhar a Pregoeira até as 18:00 h do dia útil seguinte ao encerramento da Sessão Pública de disputa a proposta de preço atualizada, que reflita o valor vencedor na sessão pública.

7.8 - Serão desclassificadas as propostas que:

- não atenderem as disposições contidas neste edital;
- apresentarem preços incompatíveis com os praticados no mercado;
- não apresentarem marca.

7.9 – Segue abaixo quadro com produtos e quantidades a serem licitadas:

MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
1	SABÃO EM PÓ 1KG - princípio ativo: benzeno sulfonato de sódio, branqueador, perfume e água. Embalagem em caixa de papel	10	CX
2	CORO 1 LT - aspecto físico líquido, sequestrante e alcalino, aplicação em remoção de gorduras e sujeiras em geral, aroma neutro, embalagem plástica com 1.000 ml	20	L
3	TOALHA DE PAPEL 20X21 PCT C/1000 fabricado em 100% celulose virgem, na cor branca com duas dobras, próprio p/ uso em toalheiros interfolhas, medindo 20,5x23 cm absorção mínima de 70% pacote com 1.000 folhas	215	PT
4	PAPEL HIG.300 MT - papel rolo 300 mts, de 1ª qualidade, folha dupla, 100% fibras naturais, na cor branca, alta alvura neutro, medindo 10 cm de largura	200	UN
5	PAPEL HIG. C/4 FOLHA DUPLA 100% FIBRAS NATURAIS, COR BRANCA DE ALTA ALVURA, TEXTURA SUAVE AO TOQUE MANUAL.	16	PT
6	SABÃO DE COCO - composição básica, óleo de coco, hidróxido de sódio, cloreto e água, unidade em barra de no mínimo 200g	05	UN
7	SABONETE LIQUIDO GALÃO 5 LITROS ph neutro ou fisiológico da pele, pode ser acondicionado em saboneteira ou reservatório tipo erva doce	10	UN
8	ÁLCOOL EM GEL ASSÉPTICO - álcool etílico em gel 70% apresentação em frasco de 500 ml, possuir ação germicida, secar, desinfetar e higienizar as mãos.	60	L



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9	PÁ PARA LIXO – CABO LONGO DE MADEIRA COM NO MÍNIMO 80 CM – CHAPA GALVANIZADA	10	UN
10	DETERGENTE NEUTRO, ANTIGORDUROSO, AROMA NATURAL, GLICERINADO P/ APLICAÇÃO E REMOÇÃO DE GORDURAS EM LOUÇAS E TALHERES, EMBALAGEM DE 500 ML	80	UN
11	SACO PLÁSTICO PARA LIXO CAPACIDADE 100 LITROS PCT C/ 100 unidades em conformidade com a NBR 191, reforçado, espessura mínima de 12 micras, medida mínima 75x105 cm, cor preta, com soldagem que não permita vazamentos no fundo durante o manuseio	30	PT
12	COPO DESCARTÁVEL 200 ML – massa mínima de 2,20 gr – resistência mínima de 1,63 gr, pacote com 100 unidades	700	PT
13	ESPONJA PARA PIA – dupla face um lado fibra abrasiva e outro macio, confeccionado em poliuretano, dimensões aproximadas de 110 x70 x22 mm	25	UN
14	ESPONJA DE AÇO LIMPEZA EM GERAL, EM LÃ DE AÇO CARBONO – ABRASIVIDADE MÍNIMA, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, PESO MÍNIMO DE 65 GR, PACOTE COM NO MÍNIMO 8 UNIDADES	02	PT
15	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO GARRAFA EM MATERIAL PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, RESISTENTE A IMPACTO, AMPOLA DE VIDRO, TAMPA E FUNDO EM PLÁSTICO (A TAMPA DE FECHAMENTO DEVERÁ SER EM SISTEMA DE ROSCA) E BICO DOSADOR, NAS CORES BRANCA OU PRETA	05	UN
16	GUARDANAPO DE PAPEL 20X22 – confeccionado em papel branco absorvente em folha simples, na embalagem deve constar a data fabricação e validade, pacote individual com 50 fls	180	PT
17	ODORIZADOR DE AMBIENTES - antitabaco - essência lavanda, apresentação aerosol, aplicação aromatização ambiental, características adicionais não contém cfc, embalagem com 400 ml.	24	UN
18	SACO PARA LIXO - cap. 30 litros - rolo com 50 – em conformidade com a NBR 9191, reforçado, espessura mínima de 10 micras, medida mínima de 59 x62 cm, cor preta, com soldagem que não permite vazamentos no fundo durante manuseio	60	RL
19	VASSOURA DE PELOS – CABO EM MADEIRA – MEDIDA DO CABO 120 CM, indicado para todos os	05	UN



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	tipos de piso		
20	VASSOURA DE PIAÇAVA - 30 cm de base - cabo de madeira plastificado rosqueável - número 4, com cabo de madeira resistente plastificado, rosqueável, cerdas de piaçaba medindo no mínimo 12,5 cm com proteção de chapa pregada e resistente.	12	UN
21	BALDE DE PLÁSTICO COM ALÇA E PEGA NA PARTE INFERIOR- formato oval, em plástico resistente a quebra, capacidade aproximada de 13,5 litros, com pega na borda superior	10	UN
22	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA PISO – COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CARNAÚBA, DISPERSÃO ACRÍLICA METALIZADA, ÁLCOOL LAURÍLICO ETOXILADO, ALCALINIZANTE, AGENTE NIVELADOR, FRAGRÂNCIA, FRASCO DE 750 ML, DENSIDADE (25° C) 0,99 A 1,01 G/ML PH (25° C), 8,7 A 9,7, TEOR DE NÃO VOLÁTEIS 4,0 A 4,4%, RENDIMENTO APROXIMADO DE 40 A 60 M2/L OBS: ALTO BRILHANTE, EMBALAGEM DE 5 LITROS – USADA PARA CONSERVAR PISOS COMO: PAVIFLEX, ASSOALHOS, CERÂMICA, GRANILITE, CASCOLARC, PLURIGOMA, PISOS SINTÉTICOS E DE BORRACHA	20	UN
23	LUVA MULTIÚSO LUVA FORRADA, CANO LONGO (APROXIMADAMENTE 70 CM) EM MATERIAL ANTI ALÉRGICO COM PALMA ÁSPERA, EM PVC NOS TAMANHOS M,G	120	PARES
24	LIXEIRA CAPACIDADE 15 LITROS – COM PEDALCOR PRETA, FORMATO QUADRANGULAR, MATERIAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA	40	UN
25	PÓ DE CAFÉ 500 GR – forte, torrado e moído (tipo exportação) com selo de pureza da ABIC embalado a vácuo, pacote com 500 grs	20	UN
26	ÁGUA MINERAL PET 510 ML – SEM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN
27	ÁGUA MINERAL PET 500 ML – COM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN
28	LEITE LONGA VIDA – embalagem tipo tetra brik (caixinha) contendo 1 litro de leite integral, devendo apresentar na embalagem a composição básica, informações nutricionais e prazo de validade	120	L
29	AÇÚCAR CRISTAL – pacotes com 5kg agrupados em fardos de 6 pacotes, sem impurezas, embalagem resistente de polietileno atóxico, deve apresentar as	108	PT



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	informações nutricionais e prazo de validade		
30	ADOÇANTE LÍQUIDO – sacarina e ciclamato – embalagem com 100 ml	24	FR

OBS: Não haverá impedimento nas variações quanto ao quantitativo unitário do produto, desde que o setor responsável pela elaboração do termo de referência consinta em razão das necessidades técnicas exigidas, e, desde que respeitado o quantitativo final.

VIII - PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

8.1 - Após a abertura da sessão pública pela Pregoeira, não serão admitidos novos licitantes.

8.2 - Para o julgamento das propostas será adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM.

8.3 - O procedimento do julgamento compreenderá a abertura dos respectivos envelopes, a leitura das propostas de preço, a verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos, identificando as propostas aptas à classificação pelo critério estabelecido no item acima.

8.4 - Na sequência a Pregoeira classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem da etapa de oferta de lances.

8.5 - Não havendo pelo menos três propostas de preços na condição definida acima, os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), poderão participar da etapa de oferta de lances.

8.6 - Na etapa de oferta de lances será concedida às empresas licitantes classificadas a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

8.7 - A Pregoeira convidará individualmente as empresas licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.8 - Durante a sessão pública a Pregoeira poderá estabelecer regras e prazos razoáveis para o bom andamento do procedimento licitatório.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da empresa licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 - Não poderá haver desistência ou retratação dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.11 - Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.12 - Verificando o Pregoeiro que os preços apresentados não são compatíveis com os atuais praticados no mercado ou até mesmos propostos em licitações anteriores, poderá negociar o preço com a empresa licitante vencedora, buscando a proposta mais vantajosa para a CMCI.

8.13 - Nas mesmas situações expostas no item acima, a Pregoeira poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, para melhor avaliação das regras editalícias e aspectos pertinentes ao preço cotado, podendo também optar pela repetição do procedimento.

IX - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Para promover a habilitação no procedimento, a empresa licitante deverá apresentar os documentos abaixo relacionados.

9.2 - Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.3 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, quando da etapa do CREDENCIAMENTO.

9.4 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.4.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

9.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.4.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país.

9.5 - REGULARIDADE FISCAL

prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9.5.2 Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB;

9.5.3 Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

9.5.4 Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

9.5.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.5.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

9.5.6.1 A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas pode ser obtida no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.

9.5.7 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.5.7.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.5.7.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

9.5.7.3 Se a licitante for matriz, e a executora do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

9.5.7.4 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.7.5 Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).

9.5.7.6 A Pregoeira e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

9.5.7.7 Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

9.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

b) O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

c) A CMCI poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

9.7 – DECLARAÇÕES FIRMADAS NOS ANEXOS

a) A ausência de qualquer dos anexos contidos neste Edital importará em imediata inabilitação do licitante. Exceto o ANEXO II - CREDENCIAMENTO

10 - RECURSOS

10.1 - Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para em 03 (três) dias apresentarem contrarrazões, que começarão a correr do término do prazo concedido a recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da empresa licitante importará na decadência do direito de recurso.

10.3 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser impressos, contendo a razão social, o CNPJ, o endereço, o telefone e o e-mail da empresa licitante, estar rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado.

10.4 - Os recursos e as contrarrazões devem ser dirigidos a Pregoeira e protocolados no setor de protocolo da CMCI.

10.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela empresa licitante.

10.6 - As intenções recursais relativas a recursos não admitidos e recursos rejeitados pela Pregoeira deverão ser dirigidas ao Diretor-Geral da CMCI, através de protocolo no protocolo da CMCI, nos mesmos moldes do item 10.3.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.7 - O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do Pregão com o registro das empresas licitantes credenciadas, das propostas de preço escritas e verbais, conforme a ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação, dos recursos interpostos, além de outros fatos pertinentes.

11.2 - A adjudicação do objeto do Pregão é atribuição da Pregoeira, exceto quando houver manifestação de recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior da CMCI.

11.3 - A homologação do Pregão cabe à autoridade superior da CMCI.

12 - ORIENTAÇÕES SOBRE O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

12.1 - As informações relativas à forma e as especificações do fornecimento do produto, estão descritas nos itens 5, 7 e 8 do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 1.

13 - RECEBIMENTO E PAGAMENTO

13.1 - Os pagamentos serão efetuados na forma do item 11 do Termo de Referência.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto contratado, sujeitando-se às penalidades constantes do art. 7º da Lei no 10.520/02 e da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.2 – Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações estabelecidas por este Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

(0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada, nos casos de descumprimento do prazo estipulado no edital para a retirada da Ordem de Fornecimento, atraso quanto ao fornecimento do produto licitado ou pela recusa em prestá-los, calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;)

b) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso;



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) Suspensão para contratar com a Administração;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

14.3 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item acima serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

14.4 – Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a CONTRATADA será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

14.5 – A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A CONTRATANTE, porém, poderá considerar rescindido o contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

14.6 – As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, não serão computadas para o fim previsto no item 10.5.

14.7 – As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 10.2.

14.8 – As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e cumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “d” e “e”, todas do item 10.2.

14.9 – A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a CONTRATANTE, entretanto, antes de atingido o pré falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

14.10 – A CONTRATADA poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.

14.11 – As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato.

14.12 – Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves para a CONTRATANTE, poderá esta, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 10.2.

14.13 – Se os danos puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada pena de Declaração de Inidoneidade.

14.14 – A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pelo Fiscal do Contrato e informados ao Setor Financeiro da Câmara Municipal.

14.15 – Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o setor responsável submeterá sua decisão ao Procurador Legislativo Geral, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública.

14.16 – Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.



14.17 – Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.

15 - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - É facultado a Pregoeira, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada às empresas licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de credenciamento, classificação e habilitação.

15.2 - É facultada a Pregoeira, em qualquer fase do procedimento, solicitar informações complementares.

15.3 - É facultada a Pregoeira solicitar a contribuição de servidores da CMCI para subsidiar a análise técnica de qualquer objeto licitado.

15.4 - Cabe a Pregoeira solucionar os casos omissos do edital com base no ordenamento jurídico vigente e nos princípios de Direito Público.

15.5 - A empresa licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.

15.6 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO 2 – TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO)

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS (MODELO)

ANEXO 5 – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS (MODELO)

ANEXO 6 - PROPOSTA



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO 7 – MINUTA DE CONTRATO

Cachoeiro de Itapemirim, 07 de Junho de 2019.

ROSA DE LIMA CANSOLI HEMERLY
PREGOEIRA OFICIAL DA CMCI



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

1. DA DESCRIÇÃO DO(S) OBJETO(S)

1.1 - Aquisição de MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

2. DO OBJETIVO

2.1 Manter o nível de estoque do almoxarifado, por um determinado período, para atendimento dos servidores e Edis desta Câmara Municipal, conforme histórico de demanda dos produtos.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 – Suprir prontamente às necessidades dos setores administrativos, gabinetes e a população que comparece a Câmara Municipal, com qualidade e economia.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.
1	SABÃO EM PÓ 1KG - princípio ativo: benzeno sulfonato de sódio, branqueador, perfume e água. Embalagem em caixa de papel	10	CX
2	COLORO 1 LT - aspecto físico líquido, sequestrante e alcalino, aplicação em remoção de gorduras e sujeiras em geral, aroma neutro, embalagem plástica com 1.000 ml	20	L
3	TOALHA DE PAPEL 20X21 PCT C/1000 fabricado em 100% celulose virgem, na cor branca com duas dobras, próprio p/ uso em toalheiros interfolhas, medindo 20,5x23 cm absorção mínima de 70% pacote com 1.000 folhas	215	PT
4	PAPEL HIG.300 MT - papel rolo 300 mts, de 1ª qualidade, folha dupla, 100% fibras naturais, na cor branca, alta alvura neutro, medindo 10 cm de largura	200	UN
5	PAPEL HIG. C/4 FOLHA DUPLA 100% FIBRAS NATURAIS, COR BRANCA DE ALTA ALVURA, TEXTURA SUAVE AO TOQUE MANUAL.	16	PT



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6	SABÃO DE COCO - composição básica, óleo de coco, hidróxido de sódio, cloreto e água, unidade em barra de no mínimo 200g	05	UN
7	SABONETE LIQUIDO GALÃO 5 LITROS ph neutro ou fisiológico da pele, pode ser acondicionado em saboneteira ou reservatório tipo erva doce	10	UN
8	ÁLCOOL EM GEL ASSÉPTICO - álcool etílico em gel 70% apresentação em frasco de 500 ml, possuir ação germicida, secar, desinfetar e higienizar as mãos.	60	UN
9	PÁ PARA LIXO – CABO LONGO DE MADEIRA COM NO MÍNIMO 80 CM – CHAPA GALVANIZADA	10	UN
10	DETERGENTE NEUTRO, ANTIGORDUROSO, AROMA NATURAL, GLICERINADO P/ APLICAÇÃO E REMOÇÃO DE GORDURAS EM LOUÇAS E TALHERES, EMBALAGEM DE 500 ML	80	UN
11	SACO PLÁSTICO PARA LIXO CAPACIDADE 100 LITROS PCT C/ 100 unidades em conformidade com a NBR 191, reforçado, espessura mínima de 12 micras, medida mínima 75x105 cm, cor preta, com soldagem que não permita vazamentos no fundo durante o manuseio	30	PT
12	COPO DESCARTÁVEL 200 ML – massa mínima de 2,20 gr – resistência mínima de 1,63 gr, pacote com 100 unidades	700	PT
13	ESPONJA PARA PIA – dupla face um lado fibra abrasiva e outro macio, confeccionado em poliuretano, dimensões aproximadas de 110 x70 x22 mm	25	PT
14	ESPONJA DE AÇO LIMPEZA EM GERAL, EM LÃ DE AÇO CARBONO – ABRASIVIDADE MÍNIMA, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, PESO MÍNIMO DE 65 GR, PACOTE COM NO MÍNIMO 8 UNIDADES	02	PT
15	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO GARRAFA EM MATERIAL PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, RESISTENTE A IMPACTO, AMPOLA DE VIDRO, TAMPA E FUNDO EM PLÁSTICO (A TAMPA DE FECHAMENTO DEVERÁ SER EM SISTEMA DE ROSCA) E BICO DOSADOR, NAS CORES BRANCA OU PRETA	05	UN
16	GUARDANAPO DE PAPEL 20X22 – confeccionado em papel branco absorvente em folha simples, na embalagem deve constar a data fabricação e validade, pacote individual com 50 fls	180	PT
17	ODORIZADOR DE AMBIENTES - antitabaco -	24	UN



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	essência lavanda, apresentação aerosol, aplicação aromatização ambiental, características adicionais não contém cfc, embalagem com 400 ml.		
18	SACO PARA LIXO - cap. 30 litros - rolo com 50 – em conformidade com a NBR 9191, reforçado, espessura mínima de 10 micras, medida mínima de 59 x62 cm, cor preta, com soldagem que não permite vazamentos no fundo durante manuseio	60	RL
19	VASSOURA DE PELOS – CABO EM MADEIRA – MEDIDA DO CABO 120 CM, indicado para todos os tipos de piso	05	UN
20	VASSOURA DE PIAÇAVA - 30 cm de base - cabo de madeira plastificado rosqueável - número 4, com cabo de madeira resistente plastificado, rosqueável, cerdas de piaçaba medindo no mínimo 12,5 cm com proteção de chapa pregada e resistente.	12	UN
21	BALDE DE PLÁSTICO COM ALÇA E PEGA NA PARTE INFERIOR- formato oval, em plástico resistente a quebra, capacidade aproximada de 13,5 litros, com pega na borda superior	10	UN
22	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA PISO – COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CARNAÚBA, DISPERSÃO ACRÍLICA METALIZADA, ÁLCOOL LAURÍLICO ETOXILADO, ALCALINIZANTE, AGENTE NIVELADOR, FRAGRÂNCIA, FRASCO DE 750 ML, DENSIDADE (25° C) 0,99 A 1,01 G/ML PH (25° C), 8,7 A 9,7, TEOR DE NÃO VOLÁTEIS 4,0 A 4,4%, RENDIMENTO APROXIMADO DE 40 A 60 M2/L OBS: ALTO BRILHANTE, EMBALAGEM DE 5 LITROS – USADA PARA CONSERVAR PISOS COMO: PAVIFLEX, ASSOALHOS, CERÂMICA, GRANILITE, CASCOLARC, PLURIGOMA, PISOS SINTÉTICOS E DE BORRACHA	20	UN
23	LUVA MULTIÚSO LUVA FORRADA, CANO LONGO (APROXIMADAMENTE 70 CM) EM MATERIAL ANTI ALÉRGICO COM PALMA ÁSPERA, EM PVC NOS TAMANHOS M,G	120	PARES
24	LIXEIRA CAPACIDADE 15 LITROS – COM PEDAL-COR PRETA, FORMATO QUADRANGULAR, MATERIAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA	40	UN
25	PÓ DE CAFÉ 500 GR – forte, torrado e moído (tipo exportação) com selo de pureza da ABIC embalado a vácuo, pacote com 500 grs	20	UN
26	ÁGUA MINERAL PET 510 ML – SEM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN
27	ÁGUA MINERAL PET 500 ML – COM GÁS –	516	UN



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses		
28	LEITE LONGA VIDA – embalagem tipo tetra brik (caixinha) contendo 1 litro de leite integral, devendo apresentar na embalagem a composição básica, informações nutricionais e prazo de validade	120	L
29	AÇÚCAR CRISTAL – pacotes com 5kg agrupados em fardos de 6 pacotes, sem impurezas, embalagem resistente de polietileno atóxico, deve apresentar as informações nutricionais e prazo de validade	108	PT
30	ADOÇANTE LÍQUIDO – sacarina e ciclamato – embalagem com 100 ml	24	FR

5. DO FORNECIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

5.1 O fornecimento será parcelado no setor do Almojarifado da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim de acordo com a necessidade.

6. DA GARANTIA

6.1 - Durante o prazo de validade a CONTRATADA fica obrigada a substituir os produtos sempre que houver vício, no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação do problema, sem ônus para o CONTRATANTE

6.2 - Durante o período de validade a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

a) A CMCI designará, formalmente, um servidor para acompanhar a fiscalização do contrato através de Portaria devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

b) A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CMCI e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

a) Entregar os produtos de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

b) Providenciar a correção das deficiências apontadas pelo setor competente da CMCI no prazo de 05 (cinco) dias úteis,



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

c) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

d) Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/1993.

e) Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

f) Apresentar Nota Fiscal Eletrônica.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

a) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

b) Designar servidor com competência necessária para promover o recebimento do produto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de validade e entrega;

c) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado;

d) Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

e) Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

f) Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do(s) produto(s);

g) Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos fornecimentos, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

h) Notificar a CONTRATADA, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

10. DAS PENALIDADES

10.1 -A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto contratado, sujeitando-se às penalidades constantes do art. 7º da Lei no 10.520/02 e da Lei 8.666/93 e suas alterações.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.2 – Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações estabelecidas por este Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

(0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada, nos casos de descumprimento do prazo estipulado no edital para a retirada da Ordem de Fornecimento, atraso quanto ao fornecimento do produto licitado ou pela recusa em prestá-los, calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;)

b) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso;

c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;

d) Suspensão para contratar com a Administração;

e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

10.3 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item acima serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

10.4 – Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a CONTRATADA será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

10.5 – A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A CONTRATANTE, porém, poderá considerar rescindido o contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

10.6 – As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, não serão computadas para o fim previsto no item 10.5.

10.7 – As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 10.2.

10.8 – As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e cumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “d” e “e”, todas do item 10.2.

10.9 – A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a CONTRATANTE, entretanto, antes de atingido o pré falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

10.10 – A CONTRATADA poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.

10.11 – As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.12 – Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves para a CONTRATANTE, poderá esta, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 10.2.

10.13 – Se os danos puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada pena de Declaração de Inidoneidade.

10.14 – A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pelo Fiscal do Contrato e informados ao Setor Financeiro da Câmara Municipal.

10.15 – Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o setor responsável submeterá sua decisão ao Procurador Legislativo Geral, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública.

10.16 – Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

10.17 – Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

a) Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento a CMCI de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Protocolo ICMS nº 42/2009 - CONFAZ, bem como os documentos de regularidade fiscal exigidos para a habilitação no procedimento licitatório. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a respectiva apresentação;

b) A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

c) Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicado a CMCI, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

d) Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

e) No texto da NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverão constar, obrigatoriamente, o número do processo e do procedimento da licitação, o(s) objeto(s), as marcas do material, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;

f) A CMCI poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

g) O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito por Ordem Bancária;

h) Para a efetivação do pagamento a empresa deverá manter as condições previstas neste

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas inerentes a este Termo de Referência correrão à conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO – 3.3.90.30.07- GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

13. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

a) O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no mapa comparativo de preços;

b) Será vencedora a proposta de MENOR VALOR POR ITEM, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo;

c) Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o(s) objeto(s) da contratação;

d) A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Serão motivos de desclassificação as propostas apresentadas sem a “MARCA” do produto ofertado e ainda letras a, b do item 7.8 do edital.



ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

Através deste termo de credenciamento a empresa constitui como representante o Sr.(a) , portador(a) do documento de identidade nº e inscrito(a) no CPF sob o nº , para participar da licitação acima referenciada, outorgando plenos poderes para pronunciar em seu nome, formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame.

Cachoeiro de Itapemirim, de 2019

Nome do representante legal da empresa: CNPJ nº

Obs.: No momento do credenciamento deverá ser apresentado o estatuto, o contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder a representação da empresa.

Obs. 2: O Termo de credenciamento pode ser dispensado quando a empresa estiver representada na Sessão Pública por um de seus sócios.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva abaixo)

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, como também sujeição às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

Cachoeiro de Itapemirim, _____ de _____ 2019

Nome do representante legal da empresa:

CNPJ nº _____



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS (MODELO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital de licitação acima referenciado, conforme o teor do art. 4º, VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Cachoeiro de Itapemirim, _____ de _____ 2019.

Nome do representante legal da empresa: _____ CNPJ nº _____



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS (MODELO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

(Empresa), CNPJ nº. _____, situada _____, declara, sob as penas da Lei, que inexistente fato impeditivo a sua habilitação no presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar fatos supervenientes.

Cachoeiro de Itapemirim, ____ de ____ 2019.

(representante legal)



ANEXO VI - PROPOSTA

ANEXO I- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SABÃO EM PÓ 1KG - princípio ativo: benzeno sulfonato de sódio, branqueador, perfume e água. Embalagem em caixa de papel	10	CX			
2	COLORO 1 LT - aspecto físico líquido, sequestrante e alcalino, aplicação em remoção de gorduras e sujeiras em geral, aroma neutro, embalagem plástica com 1.000 ml	20	L			
3	TOALHA DE PAPEL 20X21 PCT C/ 1000 fabricado em 100% celulose virgem, na cor branca com duas dobras, próprio p/ uso em toalheiros interfolhas, medindo 20,5x23 cm absorção mínima de 70% pacote com 1.000 folhas	215	PT			
4	PAPEL HIG.300 MT - papel rolo 300 mts, de 1º qualidade, folha dupla, 100% fibras naturais, na cor branca, alta alvura neutro, medindo 10 cm de largura	200	PT			
5	PAPEL HIG. C/4 FOLHA DUPLA 100% FIBRAS NATURAIS, COR BRANCA DE ALTA ALVURA, TEXTURA SUAVE AO TOQUE MANUAL.	16	PT			
6	SABÃO DE COCO - composição básica, óleo de coco, hidróxido de sódio, cloreto e água, unidade em barra de no mínimo 200g	05	UN			
7	SABONETE LIQUIDO GALÃO 5 LITROS ph neutro ou fisiológico da pele, pode ser acondicionado em saboneteira ou reservatório tipo	10	UN			



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	erva doce					
8	ÁLCOOL EM GEL ASSÉPTICO - álcool etílico em gel 70% apresentação em frasco de 500 ml, possuir ação germicida, secar, desinfetar e higienizar as mãos.	60	UN			
9	PÁ PARA LIXO – CABO LONGO DE MADEIRA COM NO MÍNIMO 80 CM – CHAPA GALVANIZADA	10	UN			
10	DETERGENTE NEUTRO, ANTIGORDUROSO, AROMA NATURAL, GLICERINADO P/ APLICAÇÃO E REMOÇÃO DE GORDURAS EM LOUÇAS E TALHERES, EMBALAGEM DE 500 ML	80	UN			
11	SACO PLÁSTICO PARA LIXO CAPACIDADE 100 LITROS PCT C/ 100 unidades em conformidade com a NBR 191, reforçado, espessura mínima de 12 micras, medida mínima 75x105 cm, cor preta, com soldagem que não permita vazamentos no fundo durante o manuseio	30	PT			
12	COPO DESCARTÁVEL 200 ML – massa mínima de 2,20 gr – resistência mínima de 1,63 gr, pacote com 100 unidades	700	PT			
13	ESPONJA PARA PIA – dupla face um lado fibra abrasiva e outro macio, confeccionado em poliuretano, dimensões aproximadas de 110 x70 x22 mm	25	PT			
14	ESPONJA DE AÇO LIMPEZA EM GERAL, EM LÃ DE AÇO CARBONO – ABRASIVIDADE MÍNIMA, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, PESO MÍNIMO DE 65 GR, PACOTE COM NO MÍNIMO 8 UNIDADES	02	PT			
15	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO GARRAFA EM MATERIAL PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, RESISTENTE A IMPACTO, AMPOLA DE VIDRO,	05	UN			



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	TAMPA E FUNDO EM PLÁSTICO (A TAMPA DE FECHAMENTO DEVERÁ SER EM SISTEMA DE ROSCA) E BICO DOSADOR, NAS CORES BRANCA OU PRETA					
16	GUARDANAPO DE PAPEL 20X22 – confeccionado em papel branco absorvente em folha simples, na embalagem deve constar a data fabricação e validade, pacote individual com 50 fls	180	PT			
17	ODORIZADOR DE AMBIENTES - antitabaco - essência lavanda, apresentação aerosol, aplicação aromatização ambiental, características adicionais não contém cfc, embalagem com 400 ml.	24	UN			
18	SACO PARA LIXO - cap. 30 litros - rolo com 50 – em conformidade com a NBR 9191, reforçado, espessura mínima de 10 micras, medida mínima de 59 x62 cm, cor preta, com soldagem que não permite vazamentos no fundo durante manuseio	60	RL			
19	VASSOURA DE PELOS – CABO EM MADEIRA – MEDIDA DO CABO 120 CM, indicado para todos os tipos de piso	05	UN			
20	VASSOURA DE PIAÇAVA - 30 cm de base - cabo de madeira plastificado rosqueável - número 4, com cabo de madeira resistente plastificado, rosqueável, cerdas de piaçaba medindo no mínimo 12,5 cm com proteção de chapa pregada e resistente.	12	UN			
21	BALDE DE PLÁSTICO COM ALÇA E PEGA NA PARTE INFERIOR-formato oval, em plástico resistente a quebra, capacidade aproximada de 13,5 litros, com pega na borda superior	10	UN			
22	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA PISO – COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CARNAÚBA, DISPERSÃO	20	UN			



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	ACRÍLICA METALIZADA, ÁLCOOL LAURÍLICO ETOXILADO, ALCALINIZANTE, AGENTE NIVELADOR, FRAGRÂNCIA, FRASCO DE 750 ML, DENSIDADE (25° C) 0,99 A 1,01 G/ML PH (25° C), 8,7 A 9,7, TEOR DE NÃO VOLÁTEIS 4,0 A 4,4%, RENDIMENTO APROXIMADO DE 40 A 60 M2/L OBS: ALTO BRILHANTE, EMBALAGEM DE 5 LITROS – USADA PARA CONSERVAR PISOS COMO: PAVIFLEX, ASSOALHOS, CERÂMICA, GRANILITE, CASCOLARC, PLURIGOMA, PISOS SINTÉTICOS E DE BORRACHA					
23	LUVA MULTIÚSO LUVA FORRADA, CANO LONGO (APROXIMADAMENTE 70 CM) EM MATERIAL ANTI ALÉRGICO COM PALMA ÁSPERA, EM PVC NOS TAMANHOS M,G	120	PARES			
24	LIXEIRA CAPACIDADE 15 LITROS – COM PEDAL- COR PRETA, FORMATO QUADRANGULAR, MATERIAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA	40	UN			
25	PÓ DE CAFÉ 500 GR – forte, torrado e moído (tipo exportação) com selo de pureza da ABIC embalado a vácuo, pacote com 500 grs	20	UN			
26	ÁGUA MINERAL PET 510 ML – SEM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN			
27	ÁGUA MINERAL PET 500 ML – COM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN			
28	LEITE LONGA VIDA – embalagem tipo tetra brik (caixinha) contendo 1 litro de leite integral, devendo apresentar na embalagem a composição básica, informações nutricionais e prazo de validade	120	L			



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29	AÇÚCAR CRISTAL – pacotes com 5kg agrupados em fardos de 6 pacotes, sem impurezas, embalagem resistente de polietileno atóxico, deve apresentar as informações nutricionais e prazo de validade	108	PT			
30	ADOÇANTE LÍQUIDO – sacarina e ciclamato – embalagem com 100 ml	24	FR			

VALOR TOTAL POR EXTENSO

Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da mesma;

Declaramos que estão inclusos todos os custos de fornecimento e instalação, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

Declaramos que os produtos ofertados são de boa procedência e que não fornecemos produtos adulterados, sob penas da legislação vigente.

FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA, CONFORME NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL .



ANEXO VII MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2019

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim do Estado do Espírito Santo e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, na qualidade de CONTRATANTE e _ CONTRATADA, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim do Estado do Espírito Santo, com sede na Pça Jerônimo Monteiro, n.º 70 Centro – Cachoeiro de Itapemirim - ES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 31.723.265/0001-41, neste ato representado por seu Presidente **Alexon Soares Cipriano**, portador do CPF-MF nº 034.865.127-90 e RG nº 1261302/ES, doravante denominado CONTRATANTE, adiante designada apenas como CÂMARA e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº XXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXX, nº XXXXXXXX/ Bairro XXXXXXXXXXXX, Cachoeiro de Itapemirim, CEP Nº XXXXXXXX por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato de fornecimento de materiais de higiene e limpeza e gêneros alimentícios, conforme Anexo I, nos termos do procedimento licitatório –, Processo nº **80.702/2019**, tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 – Constitui objeto do presente contrato a Aquisição de MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS conforme Anexo I, para o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Documentos Integrantes

2.1 – Fazem parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções, inclusive as propostas, que compõem o processo administrativo, completando o presente contrato para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.



CLÁUSULA TERCEIRA – Do Regime de Execução

3.1 – Fica estabelecido o regime de entrega parcelada de acordo com a necessidade, representada pela emissão da Ordem de Compra, a critério da contratante. Sendo que fornecimento será realizado diretamente no almoxarifado da contratante.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor do Contrato e Da Fonte de Recurso

4.1 – O valor global do presente contrato é de R\$ XXXXX (XXXXXXXX), e nele encontram-se inclusos todos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete, garantias e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

4.2- As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação: 3.3.90.30.22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO – 3.3.90.30.07 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS , 3.3.90.30.21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS CONTRATUAIS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 – O prazo para assinatura do Contrato é de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

5.2 – O prazo de duração do Contrato terá início no dia subsequente a assinatura deste e terá duração até o dia 31 de dezembro de 2019.

5.3 – Os servidores efetivos lotados no almoxarifado da Câmara Municipal serão responsáveis pelo recebimento do objeto licitado.

5.4 – A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a substituição dos objetos em que forem verificadas irregularidades relativas a sua qualidade, ou a complementação em caso de irregularidade relativa à quantidade e qualidade. Nestes casos o prazo para complementação e/ou substituição será determinado pela Unidade responsável pelo seu recebimento.

5.5 – A eventual reprovação dos objetos ofertados, em qualquer fase de sua entrega, não implicará em alteração dos demais prazos contratuais, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais a que está sujeita.

5.6 – Os prazos de entrega admitem prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado pelo responsável, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

a) Alteração das especificações pela Administração Municipal;

b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do Edital e execução do Contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

c) Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração Municipal;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de cumprimento do Edital e execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pela Administração Municipal em documentos contemporâneos a sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração Municipal, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

5.7 – A CONTRATADA deverá entregar a quantidade solicitada pela Câmara Municipal, não podendo, EM HIPÓTESE ALGUMA, estipular quantidades mínimas ou máximas de entrega.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 – Emitir a Nota de Empenho.

6.2 – Fornecer à CONTRATADA, junto com cópia da Nota de Empenho, todos os elementos que possam ser indispensáveis ao fornecimento dos objetos.

6.3 – Atestar a entrega dos objetos, no que se refere a sua qualidade e quantidade, observando as condições estabelecidas neste Contrato.

6.4 – Designar, previamente, servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

6.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos estabelecidos na Cláusula Nona deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Fornecer os produtos descritos na Cláusula Primeira deste instrumento contratual, conforme especificados no Anexo I que integra o presente Contrato.

7.2 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos serviços a serem prestados, até o limite estabelecido na legislação em vigor.

7.3 – Responsabilizar-se pelo integral fornecimento dos produtos, inclusive no que se referir a observância da legislação em vigor.

7.4 – Substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos em que se verificarem vícios de qualidade e/ou quantidade.

7.5 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus necessários à execução do Contrato.



7.6 – Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não incluindo esta responsabilidade à fiscalização.

7.7 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.8 – Permitir e facilitar a fiscalização do Contrato, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

7.9 – Efetuar o pagamento de seus empregados nos prazos legais, independente do recebimento da fatura.

7.10 – Cercar seus empregados de garantias e proteções legais, nos termos da legislação trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual, no que couber, a todos os componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com a prestação dos serviços.

7.11 – A CONTRATADA deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente Contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

7.12 – A CONTRATADA deverá indicar preposto com poderes de decisão amplos e irrestritos, compatíveis com o objeto deste Contrato, que ficará responsável para responder junto ao CONTRATANTE, acerca de quaisquer falhas ou dúvidas ocorridas durante a vigência do Contrato, ficando desde já acordado que o mesmo deverá reportar-se exclusivamente ao servidor designado para acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1 – O acompanhamento e fiscalização para o fiel cumprimento e execução deste Contrato será feito pelo servidor previamente indicado pela Presidência e nomeado por Portaria, a quem caberá a responsabilidade de fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e disposições deste Contrato, bem como comunicar às autoridades competentes qualquer eventualidade que gere a necessidade de medidas de ordem legal e/ou administrativa.

8.2 – A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única e integral da CONTRATADA, no que concerne aos produtos e serviços fornecidos, à execução do Contrato e as implicações próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE.

8.3 – A CONTRATADA deve permitir e oferecer condições para a mais completa fiscalização do CONTRATANTE, fornecendo informações e propiciando o acesso às documentações referentes ao objeto contratado, bem como atendendo as observações e exigências apresentadas pela fiscalização.



CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

9.1 – A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita e atestada pelo Fiscal do Contrato, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

9.2 – A Nota Fiscal deverá ser apresentada após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo pelo setor requisitante.

9.3 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

9.4 – A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

9.5 – Os preços serão fixos e irredutíveis salvo nas hipóteses do artigo 65/ Lei 8666/93.

9.6 – O pagamento somente será efetuado mediante:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual (do domicílio ou sede da CONTRATADA) e Municipal (onde for sediada a empresa e a do Município de Cachoeiro de Itapemirim, quando a sede não for deste Município), através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos.

9.7 – O pagamento será efetivado mediante depósito em conta-corrente, em qualquer agência da rede bancária, indicada pela CONTRATADA.

9.8 – De acordo com a Portaria Municipal nº 465/05, Artigo 1º, §§ 1º e 2º, o CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:

a) de empresas associadas;

b) de matriz para filial;

c) de filial para matriz;

d) de sócio;

e) de representante;

f) de procurador, sob qualquer condição.



9.9 – É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato.

9.10 – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

9.11 – A CONTRATADA arcará com todos os custos referentes à mão de obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 – A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto contratado, sujeitando-se às penalidades constantes do art. 7º da Lei no 10.520/02 e da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.2 – Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações estabelecidas por este Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

(0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada, nos casos de descumprimento do prazo estipulado no edital para a retirada da Ordem de Fornecimento, atraso quanto ao fornecimento do produto licitado ou pela recusa em prestá-los, calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;)

b) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso;

c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;

d) Suspensão para contratar com a Administração;

e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

10.3 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item acima serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

10.4 – Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a CONTRATADA será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

10.5 – A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A CONTRATANTE, porém, poderá considerar rescindido o contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.6 – As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, não serão computadas para o fim previsto no item 10.5.

10.7 – As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 10.2.

10.8 – As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e cumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “d” e “e”, todas do item 10.2.

10.9 – A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a CONTRATANTE, entretanto, antes de atingido o pré falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

10.10 – A CONTRATADA poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.

10.11 – As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato.

10.12 – Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves para a CONTRATANTE, poderá esta, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 10.2.

10.13 – Se os danos puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada pena de Declaração de Inidoneidade.

10.14 – A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pelo Fiscal do Contrato e informados ao Setor Financeiro da Câmara Municipal.

10.15 – Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o setor responsável submeterá sua decisão ao Procurador Legislativo Geral, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública.

10.16 – Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

10.17 – Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1 - O Contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 – A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal, nos casos previstos no artigo 78 a 80 da Lei 8.666/93.

12.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecida as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, fica eleito o Foro de Cachoeiro de Itapemirim – ES, Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal.

E por estarem de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento contratual, em quatro vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, XX de XXXXX de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUAN T.	UNID.	MARCA	VALOR
1	SABÃO EM PÓ 1KG - princípio ativo: benzeno sulfonato de sódio, branqueador, perfume e água. Embalagem em caixa de papel	10	CX		
2	CLORO 1 LT - aspecto físico líquido, sequestrante e alcalino, aplicação em remoção de gorduras e sujeiras em geral, aroma neutro, embalagem plástica com 1.000 ml	20	L		
3	TOALHA DE PAPEL 20X21 PCT C/1000 fabricado em 100% celulose virgem, na cor branca com duas dobras, próprio p/ uso em toalheiros interfolhas, medindo 20,5x23 cm absorção mínima de 70% pacote com 1.000 folhas	215	PT		
4	PAPEL HIG.300 MT - papel rolo 300 mts, de 1º qualidade, folha dupla, 100% fibras naturais, na cor branca, alta alvura neutro, medindo 10 cm de largura	200	UN		
5	PAPEL HIG. C/4 FOLHA DUPLA 100% FIBRAS NATURAIS, COR BRANCA DE ALTA ALVURA, TEXTURA SUAVE AO TOQUE MANUAL.	16	UN		
6	SABÃO DE COCO - composição básica, óleo de coco, hidróxido de sódio, cloreto e água, unidade em barra de no mínimo 200g	05	UN		
7	SABONETE LÍQUIDO GALÃO 5 LITROS ph neutro ou fisiológico da pele, pode ser acondicionado em saboneteira ou reservatório tipo erva doce	10	UN		
8	ÁLCOOL EM GEL ASSÉPTICO - álcool etílico em gel 70% apresentação em frasco de 500 ml, possui ação germicida, secar, desinfetar e higienizar as mãos.	60	UN		
9	PÁ PARA LIXO – CABO LONGO DE MADEIRA COM NO MÍNIMO 80 CM – CHAPA GALVANIZADA	10	UN		
10	DETERGENTE NEUTRO, ANTIGORDUROSO, AROMA	80	UN		



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	NATURAL, GLICERINADO P/ APLICAÇÃO E REMOÇÃO DE GORDURAS EM LOUÇAS E TALHERES, EMBALAGEM DE 500 ML				
11	SACO PLÁSTICO PARA LIXO CAPACIDADE 100 LITROS PCT C/ 100 unidades em conformidade com a NBR 191, reforçado, espessura mínima de 12 micras, medida mínima 75x105 cm, cor preta, com soldagem que não permita vazamentos	30	PT		
12	COPO DESCARTÁVEL 200 ML – massa mínima de 2,20 gr – resistência mínima de 1,63 gr, pacote com 100 unidades	700	PT		
13	ESPONJA PARA PIA – dupla face um lado fibra abrasiva e outro macio, confeccionado em poliuretano, dimensões aproximadas de 110 x70 x22 mm	25	UN		
14	ESPONJA DE AÇO LIMPEZA EM GERAL, EM LÃ DE AÇO CARBONO – ABRASIVIDADE MÍNIMA, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, PESO MÍNIMO DE 65 GR, PACOTE COM NO MÍNIMO 8 UNIDADES	02	PT		
15	GARRAFA TÉRMICA 1 LITRO GARRAFA EM MATERIAL PLÁSTICO DE BOA QUALIDADE, CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, RESISTENTE A IMPACTO, AMPOLA DE VIDRO, TAMPA E FUNDO EM PLÁSTICO (A TAMPA DE FECHAMENTO DEVERÁ SER EM SISTEMA DE ROSCA) E BICO DOSADOR, NAS CORES BRANCA OU PRETA	05	UN		
16	GUARDANAPO DE PAPEL 20X22 – confeccionado em papel branco absorvente em folha simples, na embalagem deve constar a data fabricação e validade, pacote individual com 50 fls	180	PT		
17	ODORIZADOR DE AMBIENTES - antitabaco - essência lavanda, apresentação aerosol, aplicação aromatização ambiental, características	24	UN		



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	adicionais não contém cfc, embalagem com 400 ml.				
18	SACO PARA LIXO - cap. 30 litros - rolo com 50 – em conformidade com a NBR 9191, reforçado, espessura mínima de 10 micras, medida mínima de 59 x62 cm, cor preta, com soldagem que não permite vazamentos no fundo durante manuseio	60	RL		
19	VASSOURA DE PELOS – CABO EM MADEIRA – MEDIDA DO CABO 120 CM, indicado para todos os tipos de piso	05	UN		
20	VASSOURA DE PIAÇAVA - 30 cm de base - cabo de madeira plastificado rosqueável - número 4, com cabo de madeira resistente plastificado, rosqueável, cerdas de piaçaba medindo no mínimo 12,5 cm com proteção de chapa pregada e resistente.	12	UN		
21	BALDE DE PLÁSTICO COM ALÇA E PEGA NA PARTE INFERIOR- formato oval, em plástico resistente a quebra, capacidade aproximada de 13,5 litros, com pega na borda superior	10	UN		
22	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA PISO – COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CARNAÚBA, DISPERSÃO ACRÍLICA METALIZADA, ÁLCOOL LAURÍLICO ETOXILADO, ALCALINIZANTE, AGENTE NIVELADOR, FRAGRÂNCIA, FRASCO DE 750 ML, DENSIDADE (25° C) 0,99 A 1,01 G/ML PH (25° C), 8,7 A 9,7, TEOR DE NÃO VOLÁTEIS 4,0 A 4,4%, RENDIMENTO APROXIMADO DE 40 A 60 M2/L OBS: ALTO BRILHANTE, EMBALAGEM DE 5 LITROS – USADA PARA CONSERVAR PISOS COMO: PAVIFLEX, ASSOALHOS, CERÂMICA, GRANILITE, CASCOLARC, PLURIGOMA, PISOS SINTÉTICOS E DE BORRACHA	20	UN		
23	LUVA MULTIÚSO LUVA FORRADA, CANO LONGO (APROXIMADAMENTE 70 CM) EM MATERIAL ANTI ALÉRGICO COM	120	PARES		



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	PALMA ÁSPERA, EM PVC NOS TAMANHOS M,G				
24	LIXEIRA CAPACIDADE 15 LITROS – COM PEDAL- COR PRETA, FORMATO QUADRANGULAR, MATERIAL DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA	40	UN		
25	PÓ DE CAFÉ 500 GR – forte, torrado e moído (tipo exportação) com selo de pureza da ABIC embalado a vácuo, pacote com 500 grs	20	UN		
26	ÁGUA MINERAL PET 510 ML – SEM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN		
27	ÁGUA MINERAL PET 500 ML – COM GÁS – embalada em garrafa pet – ph de 9.2 a 25 – validade mínima de 12 meses	516	UN		
28	LEITE LONGA VIDA – embalagem tipo tetra brik (caixinha) contendo 1 litro de leite integral, devendo apresentar na embalagem a composição básica, informações nutricionais e prazo de validade	120	L		
29	AÇÚCAR CRISTAL – pacotes com 5kg agrupados em fardos de 6 pacotes, sem impurezas, embalagem resistente de polietileno atóxico, deve apresentar as informações nutricionais e prazo de validade	108	PT		
30	ADOÇANTE LÍQUIDO – sacarina e ciclamato – embalagem com 100 ml	24	FR		